

**Programa do Concurso N.º 04/DG-TCCV/2023**  
**Coordenador da Unidade de Parecer sobre a Conta Geral do Estado**

**TRIBUNAL DE CONTAS**

- Regulamento da organização, composição, competência, processo e o funcionamento do Tribunal de Contas - Lei n.º 24/IX/2018 de 2 de fevereiro;
- Estatuto do pessoal dos serviços de Apoio do Tribunal de Contas Decreto-Lei n.º 13/2015 de 26 de fevereiro;
- Instrução e tramitação dos processos de fiscalização prévia;
- Instrução para a prestação de contas das entidades da administração pública central e municipal a submeter ao TCCV.

**DIREITO DA FUNÇÃO PÚBLICA E DAS AUTARQUIAS LOCAIS**

- Estatuto dos Municípios - Lei n.º 134/IV/95, de 3 de julho;
- Regime financeiro das autarquias locais - Lei n.º 79/VI/2005, de 5 de setembro;
- Regulamento do imposto único sobre o Património - Decreto-lei n.º 18/99, de 26 de abril;
- Imposto único sobre o Património - Lei n.º 79/V/98, de 7 de dezembro;
- Regulamento da transferência para as Câmaras Municipais as competências para a administração dos impostos municipais - Decreto-Lei n.º 22/2000, de 22 de maio;
- Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de fevereiro - Plano de cargos carreiras e salários dos funcionários do regime geral da administração pública;
- Regime jurídico do estágio probatório na administração pública-Decreto-Lei n.º 43/2014, de 12 de agosto;
- Estatuto do Pessoal dirigente da função pública - Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro;
- Estatuto do Pessoal do Quadro Especial - Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro;
- Regime de Mobilidade dos funcionários da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro;
- Estatuto disciplinar dos agentes da administração pública - Decreto-Legislativo n.º 8/97 de 8 de maio;
- Estatuto de aposentação e da pensão de sobrevivência -Lei n.º 61/III/89, de 30 de dezembro – Alterado pela Lei n.º 39/VIII/2013, de 17 de setembro
- Horário de trabalho na administração pública - Decreto-Legislativo n.º 2/2013, de 11 de novembro, e;
- Lei de férias, faltas e licenças - Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de março;

### **PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO**

- Decreto-Legislativo n.º 2/95, de 20 de junho - Regime geral da Organização da Atividade da Administração Central;
- Decretos-legislativos n.ºs 15,16,17,18/97, de 10 de novembro;
- Lei da Modernização Administrativa - Lei n.º 39/VI/2004, de 2 de fevereiro;

### **CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

- Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril - Código da Contratação Pública;
- Decreto-Lei n.º 50/2015 de 23 de setembro - Normas aplicáveis ao regime substantivo dos contratos Administrativos, sem prejuízo do disposto em lei especial;
- Decreto-Lei n.º 63/2015 de 13 de novembro – Parcerias público-privadas

### **CONTABILIDADE e FINANÇAS PÚBLICAS**

- Plano Nacional da Contabilidade Pública - Decreto-Lei N.º 10/2006;
- Classificador das receitas, das despesas, dos ativos financeiros e passivos financeiros - Decreto-Lei n.º 37/2011 de 30 de dezembro;
- Define os princípios, as normas relativas ao regime financeiro à contabilidade e ao controlo da gestão financeira da Administração Central - Decreto-Lei n.º 29/2001 de 19 de novembro;
- Regulamenta o Fundo de Maneio -Decreto-Regulamentar N° 1/2007, de 15 de janeiro;
- Regulamenta a missão, Carreira e Recrutamento do Controlador Financeiro Decreto-regulamentar N° 2/2007, de 15 de janeiro;
- Decreto-regulamentar N° 3/2007, de 29 de janeiro – Regulamenta o Serviço Ordenador e o Ordenador Financeiro;
- Lei de bases do Orçamento do Estado - Lei n.º 55/IX/2019 de 1 de julho;
- Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2021;
- Define as normas e os procedimentos necessários à execução orçamental ano económico de 2021;
- Estabelece o regime jurídico das deslocações, ajudas de custos e outros abonos a aplicar aos deslocados em serviço público no território nacional e ao exterior - Decreto-Lei n.º 26/2013 de 2 de julho;
- Tabela de Ajudas de Custo - Decreto n.º 204/91, de 30 de dezembro.

### **AUDITORIA FINANCEIRA**

- Contexto nacional da auditoria;
- Normas Internacionais de Auditoria (ISA), e Normas Internacionais de Controlo de Qualidade (ISQC);
- Aspetos Gerais da Auditoria;
- Avaliação do Risco e Resposta aos Riscos Avaliados;
- Prova de Auditoria;

- Uso dos Trabalhos de Terceiros;
- Conclusões de Auditoria e Relato;
- Áreas especializadas;
- Casos práticos de resolução.

### **AUDITORIA NO SECTOR PÚBLICO**

- Conceito, âmbito e fundamentos;
- Normativo Internacional - INTOSAI
- Princípios Básicos em Auditoria Pública;
- Normas gerais em auditoria pública, e normas com relevo ético;
- Normas de relato em auditoria pública

### **AUDITORIA INTERNA**

- Conceito e Âmbito da Auditoria Interna;
- A Avaliação dos Processos de Gestão de Risco;
- Avaliação do Controlo Interno - Técnicas e Tipos de Controlo Interno;
- Normativos da Auditoria Interna;
- Modelos de Controlo Interno (COSO – ERM);
- As limitações da Auditoria Interna.

### **SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA E DE RELATO FINANCEIRO**

- Sistema de Normalização Contabilística e Financeiro - Decreto-Lei n.º 5/2008 de 4 de fevereiro;
- Portaria N.º 49/2008 – Código de Contas do SNCRF;
- Normas de Relato Financeiro - Despachos Normativos (todos) publicados no BO I Série n.º 48 de 29 de dezembro de 2008;
- O IASB e a Harmonização Contabilística Internacional.

### **CONTABILIDADE PÚBLICA**

- Conceitos, Objeto e Objetivos;
- Enquadramento da Reforma da Administração Financeira do Estado;
- Organismos e Serviços públicos;
- Receitas e Despesas públicas;
- Orçamento do Estado;
- Orçamentos dos Serviços;
- Orçamento por Atividades;
- Orçamentos Privativos;
- Realização de Despesas;
- Elaboração e Apresentação de Mapas de Execução Orçamental;
- Elaboração e Apresentação da Conta Geral do Estado.

## **DÍVIDA PÚBLICA**

- Decreto-Regulamentar n.º 5/2021 de 29 de outubro – Objetivos de endividamento e as políticas de gestão da dívida pública, visando a criação de condições para reforçar a gestão do risco fiscal, assim como aumentar a transparência da dívida pública;
- Decreto-Lei n.º 59/2009 – Regime jurídico dos bilhetes do Tesouro;
- Decreto-Lei n.º 60/2009 – Regime Jurídico das obrigações do Tesouro;
- Portaria n.º 30/2013 – Custódia dos títulos da dívida pública do Estado de Cabo Verde;
- Instrução da DGT n.º 1/2013 – Emissão de Bilhetes do Tesouro;
- Instrução da DGT n.º 2/2013 – Emissão de Obrigações do Tesouro;
- Fundo Monetário Internacional – Limites da Sustentabilidade da Dívida (Debt Sustainability Framework for Low Income Country).

## **TESOURARIA DO ESTADO**

- Decreto-Lei n.º 10/2012 – Regime Jurídico da Tesouraria do Estado;
- Decreto-Lei n.º 28/2012 – Documento Único de Cobrança;
- Decreto-Lei n.º 29/98 – Normas e procedimentos relacionados com a gestão do sistema de pagamentos e recebimentos dos organismos que gerem os recursos do Estado.

## **FISCALIDADE**

- Ordenamento jurídico fiscal;
- Administração fiscal;
- Procedimento Tributário;
- Benefícios Fiscais;
- Contencioso Fiscal (Processo Tributário e Execuções Tributárias);
- Decreto-Lei n.º 41/2015, de 27 de agosto - Regime da Inspeção Tributária;
- Decreto-Legislativo n.º 3/2014, de 29 de outubro - Regime Jurídico das Infrações Tributárias não Aduaneiras;
- Lei n.º 78/VIII/2014, de 31 de dezembro – IRPS;
- Lei n.º 82/VIII/2014, de 8 de janeiro – IRPC;
- Lei n.º 81/VIII/2014 de 8 de janeiro – Altera o código do imposto sobre o valor acrescentados, bem como o código do imposto de selo;
- Decreto-lei n.º 6/2015 – Regime de retenção na fonte;
- Fiscalidade Internacional – Convenções para evitar a dupla tributação e a evasão fiscal.

## **SOCIEDADES COMERCIAIS**

- Conceito de Sociedade Comercial;
- Tipos de Sociedades;
- Constituição de Sociedades;
- Estruturas de Governação;
- Estruturas de Fiscalização;
- Apreciação anual da situação da sociedade;
- Deliberações Sociais;
- Alterações do contrato e sociedade (fusões, cisões, transformações, dissolução e liquidação);
- Alterações no Capital Próprio.

Tribunal de Contas, Sito na Cidade da Praia, aos 29 de junho de 2023.

O Diretor Geral,



/Luís António Ortet da Veiga/

